



ANEXO 07
MINUTA DE CONTRATO
Chamamento Público nº 09/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO FIRMADO
ENTRE O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO/
RS E _____.

O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 87.612.537/0001-90, com sede no Centro Administrativo Municipal, na Rua Dr. João Freitas, nº 75, Passo Fundo/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Pedro Cezar de Almeida Neto, brasileiro, inscrito no RG sob o nº 1064289778 SSP/IGP/RS e CPF sob o nº 657.414.550-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, estabelecida na rua _____ nº _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ nº _____, e-mail: _____, pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Chamamento Público nº 09/2026**, conforme consta do **Processo Interno Eletrônico nº 2026/13263** firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2023, Decreto Municipal nº 23/2023, pela legislação pertinente e pelas demais condições fixadas no edital e seus anexos e neste Termo.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente contrato A seleção de 03 (três) profissionais da área da cultura, para exercerem as atividades de parecerista e selecionar e classificar os projetos do 10º PRÊMIO FUNCULTURA, através da análise, pontuação e emissão de parecer técnico dos projetos e/ou propostas culturais apresentados nas seguintes Áreas (Setoriais): Artes visuais; Dança; Livro, leitura e literatura; Música; Audiovisual; Teatro; Patrimônio cultural material e imaterial; Eventos artísticos-culturais e Formação em Cultura,

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES, DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO

2.1 - O pagamento será, **sob demanda**, de acordo com o número de projetos avaliados. Os Avaliadores selecionados para atuarem na avaliação dos projetos relativos ao "Prêmio FUNCULTURA" **serão remunerados no valor unitário de R\$ 45,00 (Quarenta e cinco Reais) por projeto avaliado.**

2.2 - De acordo com a Secretaria de Finanças, os pagamentos serão efetuados até o décimo dia útil após a emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is), ou recibo (RPA) conferido(s) pela secretaria requerente (fiscal do contrato).

2.3 - É requisito prévio para pagamento das faturas o envio à tesouraria do CONTRATANTE dos seguintes documentos, se for o caso:

- a) Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais.
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

2.3.1 - Os pagamentos somente serão efetuados mediante a retenção, se cabíveis, do INSS, conforme Instrução Normativa nº 100/2003, e do ISS, conforme Decreto nº 28/2005.

2.3.2 - O Município procederá à retenção na fonte do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR quanto aos pagamentos efetuados à CONTRATADA, sempre



que cabível, nos termos da Instrução Normativa RFB n 1.234/2012 e do Decreto Municipal n° 115/2022.

2.4 - A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento desses encargos e não poderá onerar o objeto do contrato.

2.4.1 - Em caso de reclamatória trabalhista contra a CONTRATADA em que o Município seja(m) incluído(s) no polo passivo da demanda, independente da garantia ofertada, será retido, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização.

2.5 - A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal/fatura ou recibo em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ ou recibo (RPA) apresentados no procedimento licitatório. A nota fiscal/fatura ou recibo (RPA) somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo CONTRATANTE.

2.6 - Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá, informar corretamente no Formulário de Inscrição, o banco, o n° da agência e o n° da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica/física ou seja, da licitante contratada.

2.7 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

2.8 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência.

2.9 - As despesas referentes aos objeto do presente contrato serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária (vigente e/ou subsequente): **Pessoa física: 2026/1386 e Pessoa Jurídica: Dotação 2026/1383**

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO CONTRATO

3.1 - O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado na forma da Legislação vigente, desde que solicitado e aceito pelo Município.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - DO CONTRATANTE

- 4.1.1 - Exigir o exato cumprimento do objeto e das cláusulas contratuais;
- 4.1.2 - Atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo término da prestação de serviço do objeto deste contrato;
- 4.1.3 - Aplicar à CONTRATADA penalidades, quando for o caso;
- 4.1.4 - Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;
- 4.1.5 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 4.1.6 - Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção;
- 4.1.7 - Fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidor ou de equipe de servidores, designado(s) mediante portaria específica.

4.2 - DO CONTRATADO

- 4.2.1 - Cumprir todas as disposições previstas no contrato;



4.2.2 - Responsabilizar-se pelas informações constantes no Formulário de Inscrição e pelos documentos encaminhados;

4.2.3 – Encaminhar relações, pareceres, relatórios, notas atribuídas e justificativa de cada critério relativo a avaliação dos participantes;

4.2.4 - Observar e cumprir todos os prazos estabelecidos;

4.2.5 - Apresentar nota fiscal ou recibo (RPA) para fins de recebimento do pagamento.

4.2.6 - Preencher, assinar e encaminhar o Termo de Responsabilidade e Sigilo, comprometendo-se com seu cumprimento;

4.2.7 - Encaminhar toda documentação comprobatória estabelecida no edital.

4.2.8 - Apreciar e avaliar os projetos/propostas culturais habilitadas para o 10º Prêmio FUNCULTURA, de acordo com os critérios de avaliação propostos no edital.

4.2.9 - Comprometer-se com o sigilo das informações e não efetuar nenhuma gravação ou cópia do projeto/proposta que está sendo avaliado(a), e nem apropriar-se para si ou para outrem de material confidencial do projeto avaliado;

4.2.10 - O contratado fica ciente de que deverá proceder a devolução do presente contrato assinado no prazo de 05 (cinco) dias corridos, após o recebimento.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

5.1 - Os casos de inexecução do objeto deste contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, das quais destacam-se:

I - Advertência;

II - Multa de 5% (cinco por cento), dos valores pelos serviços prestados, relativa a inexecução ou execução em desacordo com as condições editalícias;

III - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

IV - Declaração de inidoneidade, a qual impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 03 (três) anos.

5.2 - As penalidades administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei Federal 14.133/2023.

6.0- CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1 Caberá a Secretaria de Desporto e Cultura - acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA CESSÃO E DA RESCISÃO

7.1- A CONTRATADA não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto para outra empresa ou pessoa, no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, além de constituir infração passível de penalidade.

7.2 - Este Contrato poderá ser rescindido administrativamente, a qualquer tempo, de pleno direito, independente de interpretação judicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer uma de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DOS ANEXOS

8.1 - O edital e seus anexos são partes integrantes do contrato.



9.0 CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Passo Fundo, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1- As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

10.2 - A extinção do presente contrato observará o disposto nos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurado o contraditório e ampla defesa.

10.3 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal 23/2023, na Lei nº 8.078/1990, pelas demais normas aplicáveis ao objeto e, subsidiariamente, pelas normas e princípio gerais dos contratos.

As partes, por estarem justas e convencionadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Passo Fundo (RS), ____ de _____ de 2026.

PEDRO ALMEIDA
Prefeito Municipal
MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

Representante/Cargo
CONTRATADO
